

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.221 - PR (2019/0040921-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : EDMILSO JOSE DE JESUS (PRESO)
ADVOGADOS : ELUANA LUISE DELL AGNOLO - PR084414
ALEXANDRO TINTI ROLIM - PR079740
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR ADITAMENTO DA DENÚNCIA PARA IMPUTAR O CRIME DE LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. ALEGADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR. REITERAÇÃO DOS MESMOS PEDIDOS DO HC N.º 475.893/PR, EM TRÂMITE NESTA CORTE SUPERIOR. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE PELO JUÍZO A *QUO*. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por EDMILSO JOSÉ DE JESUS contra acórdão denegatório proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no HC n.º 0036484-66.2018.8.16.0000.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 06/12/2017, com posterior conversão em preventiva, pela prática do crime de tentativa de homicídio qualificado (fls. 55-59).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 140):

"HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, EM COAUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO. ALEGAÇÃO DE INSUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZARAM O DECRETO PRISIONAL. LEGALIDADE DA CUSTÓDIA JÁ RECONHECIDA NO JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS ANTERIOR. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA APTA A MODIFICAR O QUADRO PRISIONAL. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS. INEFICÁCIA. AÇÃO PENAL QUE JÁ SE ENCONTRA NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. ORDEM NÃO CONHECIDA."

Em suas razões, o Recorrente aponta a superveniência de fato novo, consistente no aditamento da denúncia pelo representante do Ministério Público nos autos da ação penal na origem, o qual pugnou pela reclassificação da imputação para o crime de lesão corporal de natureza grave (art. 129, §1º, incisos I e II, do Código Penal).

Por essa razão, sustenta que, diante da nova tipificação atribuída ao delito, bem como das condições pessoais favoráveis do Recorrente, não há motivo idôneo para a manutenção da prisão preventiva na hipótese em apreço.

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso impugna o mesmo acórdão e apresenta as mesmas razões do HC n.º 475.893/PR, em trâmite nesta Corte Superior (conexo), e conforme informações prestadas naquele *writ*, o Juízo de primeira instância, nos autos do Processo n.º 0014799-12.2017.8.16.0170, revogou a prisão preventiva do Recorrente, tendo o alvará de soltura sido cumprido em 11/10/2018.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no provimento do recurso.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso *em habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora